



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10930.722267/2011-75  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2801-003.372 – 1ª Turma Especial  
**Sessão de** 23 de janeiro de 2014  
**Matéria** IRPF  
**Recorrente** ACYR APARECIDO PAVARINI  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2006, 2007, 2009, 2010

DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO.

A apresentação de recibo emitido por profissional para o qual haja Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz, desacompanhado de elementos de prova da efetividade dos serviços e do correspondente pagamento, impede a dedução a título de despesas médicas e enseja a qualificação da multa de ofício.”

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

*Assinado digitalmente*

Tânia Mara Paschoalin - Presidente e Relatora.

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Tânia Mara Paschoalin, José Valdemir da Silva, Carlos César Quadros Pierre, Marcelo Vasconcelos de Almeida e Marcio Henrique Sales Parada. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Luiz Cláudio Farina Ventrilho.

### **Relatório**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 27/01/2014 por TANIA MARA PASCHOALIN, Assinado digitalmente em 27/01/2014

4 por TANIA MARA PASCHOALIN

Impresso em 19/02/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra decisão proferida pela 6ª Turma da DRJ/CTA/PR.

Por bem descrever os fatos, reproduz-se abaixo o relatório da decisão recorrida:

*Trata o processo de Auto de Infração de Imposto de Renda Pessoa Física IRPF (fls. 70 a 80) resultante de ação fiscal realizada em cumprimento ao Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 0910200/00866/11 para verificação das obrigações pertinentes ao IRPF nos anos-calendário de 2005, 2006, 2008 e 2009, exigindo-se R\$ 11.061,98 de imposto, além de multa de R\$ 12.529,85 e juros de mora de R\$ 4.037,14, totalizando R\$ 27.628,97, em virtude da glosa de dedução com despesas médicas, conforme descrito no Termo de Verificação e Encerramento de Ação Fiscal (fls. 81 a 84).*

2. *Compulsando os autos verifica-se que:*

a) em 08/04/2011 (fl. 22) o contribuinte recebeu Termo de Início de Ação Fiscal (fl. 21) intimando-o a apresentar os seguintes documentos:

*1 Originais dos comprovantes de despesas médicas informadas nas Declarações de Ajuste Anual dos anos-calendário 2005, 2006, 2008 e 2009 (Exercícios 2006, 2007, 2009 e 2010, respectivamente).*

*b) em 27/04/2011 (fl. 24) o contribuinte apresentou cópias autenticadas de 9 recibos assinados por Munir Abujamra, cirurgião-dentista (fls. 25 a 42), totalizando R\$ 28.625,00;*

*c) em 10/06/2011 (fl. 45) o contribuinte recebeu Termo de Constatação Fiscal (fls. 43 e 44), informando-o sobre a glosa das demais despesas médicas declaradas, por falta de comprovação, sobre a imidoneidade dos recibos apresentados (Ato Declaratório Executivo DRF/LON nº 8, de 3/3/2011 – fl. 46) e solicitando comprovação do efetivo pagamento das despesas relativas aos recibos apresentados;*

*d) em 15/07/2011 (fl. 70) foi lavrado o Auto de Infração ora impugnado.*

2.1. *Os documentos autuados nas fls. 47 a 69 referem-se a termos de intimação e respostas do contribuinte ocorridas no bojo de procedimento fiscal realizado anteriormente (MPF/Extensivo nº 0910200.2010.009303).*

3. *Cientificado do lançamento, o interessado apresentou impugnação (fls. 91 a 99), tempestiva segundo a unidade de origem (fl. 121) alegando que a lei não obriga o contribuinte a comprovar a realização do tratamento médico, “porque há tratamentos que o contribuinte não tem como comprovar a sua realização, a não ser pela apresentação do recibo”.*

3.1. *Para embasar seus argumentos, invoca o princípio da legalidade, que “garante ao contribuinte o dever somente fazer ou deixar de fazer o que estiver determinado em lei” e transcreve o artigo 8º, II, alínea “a” da Lei 9250/95.*

3.2. *Acrescenta que “se o Fisco tivesse dúvidas, deveria ter requerido a realização de uma perícia odontológica.”*

3.3. Entende que houve inversão do ônus da prova e reforça que a fiscalização agiu sem respaldo legal, citando Alexandre de Moraes e Marcus Vinícius Neder no que se refere ao princípio da legalidade na Administração Pública.

3.4. Quanto à comprovação do efetivo pagamento, o impugnante entende que “a ofensa ao princípio da legalidade é mais patente”, pois não há vedação legal ao cidadão no sentido de não efetuar os pagamentos de suas despesas em espécie.

3.4.1. Interpreta que o artigo 11, parágrafo 1º, alínea “c” da Lei 8383/91 exige apresentação de cheque somente quando ausente os dados do médico que recebeu o pagamento, transcrevendo, em seguida, decisão do Carf a esse respeito.

3.5. Conclui requerendo que seja acolhida a impugnação e a “produção de todas provas em direito admitidas, inclusive, se for o caso, de prova pericial odontológica no Impugnante e sua dependente (mãe), bem como a prova testemunhal, com a oitiva do médico dentista Dr. Munir Abujamra, para comprovar o que a Fiscalização deveria ter comprovado, isto é, a realização dos serviços.”

A impugnação foi julgada improcedente, conforme Acórdão de fls. 123/129, que restou assim ementado:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

**Ano-calendário: 2005, 2006, 2008, 2009**

**DESPESAS MÉDICAS. DEDUÇÃO. COMPROVAÇÃO.**

*A legislação tributária prevê que a prova das despesas médicas dedutíveis na Declaração de Ajuste Anual seja feita por meio de documentos originais que demonstrem a efetiva prestação dos serviços e o efetivo pagamento.*

**DEDUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS. ÔNUS DA PROVA.**

*É lícito ao fisco exigir a comprovação e justificação das despesas médicas, cabendo o ônus da prova ao contribuinte.*

**PROVAS DOCUMENTAIS. IMPUGNAÇÃO. FASE INSTRUTÓRIA. PRAZO. PRECLUSÃO TEMPORAL.**

*O momento para produção de provas documentais é juntamente com a impugnação, inexistindo fase instrutória específica, precluindo o direito de o contribuinte fazê-lo em outro momento processual, salvo se fundada nas hipóteses expressamente previstas na legislação pertinente.*

**PERÍCIA. REQUISITOS.**

*O pedido de prova pericial deve atender requisitos fixados no inciso IV do art. 16 do Decreto nº 70.235, de 1972, sob pena de ser tido como não formulado.*

**OITIVA DE TESTEMUNHAS.**

*Indefere-se o pedido para oitiva de testemunhas no âmbito da primeira instância do contencioso administrativo fiscal, por falta de previsão legal.*

*Impugnação Improcedente*

*Crédito Tributário Mantido*

Regularmente cientificado daquele Acórdão em 19/01/2012 (fl. 132), o interessado, representado por seu advogado (fl. 100), interpôs recurso voluntário de fls. 133/142, em 17/02/2012 (fl. 143). Em sua defesa, reitera os argumentos da impugnação.

A numeração de folhas citada nesta decisão refere-se à série de números do arquivo PDF.

É o Relatório.

## Voto

Conselheira Tânia Mara Paschoalin, Relatora.

O recurso é tempestivo e atende às demais condições de admissibilidade, portanto merece ser conhecido.

De plano, saliente-se que o litígio cinge-se à glosa das despesas médicas declaradas relativas ao profissional MUNIR ABUJAMRA, CPF 042.800.409-15, cujos recibos apresentados foram declarados inidôneos por meio do Ato Declaratório Executivo DRF/LON nº 008, de 1º/3/11, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 48, de 11/3/11, tendo em vista o contido na Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz – Processo Administrativo Fiscal nº 10930.720253/201117.

Conforme bem observou a decisão recorrida, não consta dos autos, nem durante a ação fiscal nem na impugnação, a apresentação dos documentos comprobatórios das demais despesas médicas glosadas. Também, em sede de recurso, o contribuinte não aditou qualquer elemento de prova.

Ao contrário do que entende o peticionário, os recibos apresentados emitidos pelo profissional Munir Abujamra, por si sós, não se prestam a comprovar a efetividade da prestação dos serviços em questão. Havendo questionamento da autoridade fiscal, torna-se necessária a comprovação da efetiva prestação do serviço, como também do pagamento correspondente.

No caso sob exame, como o recorrente não carreou aos autos as provas consideradas necessárias pela decisão de primeira instância, denota que o procedimento fiscal foi acertado, porquanto indique a inexistência das despesas, ressalvada a comprovação contrária, que o interessado não logrou produzir, salientando-se que, na análise de prova, à instância julgadora é assegurada a liberdade de convicção, a teor do art. 29 do Decreto nº 70.235, de 1972:

*Art. 29. Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessárias.*

Saliente-se que não se trata de exigências descabidas ou ilegais, já que a legislação que rege a matéria dispõe que todas deduções estão sujeitas a comprovação ou justificação, conforme se depreende dos dispositivos abaixo, cabendo ao contribuinte que pleiteou a dedução provar que realmente efetuou os pagamentos nos valores e nas datas constantes nos comprovantes, para que fique caracterizada a efetividade da despesa passível de dedução, no período assinalado.

*Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999:*

*Art. 73. Todas as deduções estão sujeitas a comprovação ou justificação, a juízo da autoridade lançadora (Decreto-lei nº 5.844, de 1943, art. 11, § 3º).*

*§ 1º se forem pleiteadas deduções exageradas em relação aos rendimentos declarados, ou se tais deduções não forem cabíveis, poderão ser glosadas sem a audiência do contribuinte (Decreto-lei nº 5.844, de 1943, art. 11, § 4º).*

Assim, tão importante quanto o preenchimento dos requisitos formais do documento comprobatório da despesa, é a constatação da efetividade do pagamento direcionado ao fim indicado. Isto quer dizer que os documentos relacionados às despesas permitidas como dedução da base de cálculo do imposto sobre a renda não representam uma presunção absoluta e inquestionável, pois, sempre que necessário, a autoridade tributária poderá exigir do sujeito passivo a comprovação da sua efetividade/pagamento.

Portanto, a exigência de comprovação do efetivo pagamento encontra-se amparada na legislação e nos elementos fáticos existentes, razão pela qual deve ser mantida a glosa correspondente, ainda que o contribuinte demonstre disponibilidade de recursos para o pagamento das despesas glosadas.

No caso, diante de indícios da inidoneidade dos recibos apresentados para a comprovação de pagamentos de despesas médicas, justifica-se a exigência por parte do Fisco de elementos adicionais para a comprovação da efetividade da prestação dos serviços e do pagamento. Sem isso, o simples recibo é insuficiente para comprovar a despesa dedutível, justificando a glosa.

Já é pacífico no âmbito deste Conselho que na hipótese de profissionais sumulados é indispensável que o contribuinte instrua o feito com outras provas consistentes que afastem o pressuposto de inidoneidade trazido pela Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente, de acordo com a Súmula CARF nº 40 do CARF:

*“A apresentação de recibo emitido por profissional para o qual haja Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz, desacompanhado de elementos de prova da efetividade dos serviços e do correspondente pagamento, impede a dedução a título de despesas médicas e enseja a qualificação da multa de ofício.”*

Diante do exposto, voto por negar provimento ao recurso.

*Assinado digitalmente*

Tânia Mara Paschoalin

CÓPIA